

# Aproximações da cultura hacker ao jornalismo: práticas e produtos jornalísticos disruptivos brasileiros

## Approximations of hacker culture to journalism: brazilian journalism disruptive process and products

Leonardo Foletto<sup>1</sup>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil

[leofoletto@gmail.com](mailto:leofoletto@gmail.com)

Andre Deak<sup>2</sup>

Escola Superior de Marketing e Propaganda (ESPM – SP), Brasil

[andredeak@gmail.com](mailto:andredeak@gmail.com)

**RESUMO:** Este artigo é um estudo de aproximação da cultura hacker com as práticas jornalísticas a partir de três casos brasileiros: Crônica de uma catástrofe ambiental, Agência Pública e Arquitetura da Gentrificação. Parte da ideia de que a cultura hacker tem se alastrado para diversas áreas para além de sua base inicial, o software (e a informática). A aproximação, num primeiro momento, dá-se pela própria lógica de trabalho de ambos, jornalistas e hackers, de “ir atrás da informação”, buscando-a em arquivos, bases de dados ou com fontes e usando-a seja para produzir uma reportagem ou para testar formatos, conexões e permissões necessários para um bom desenvolvimento de um site. Mas também na defesa de que “toda a informação quer ser livre”, atuando assim na distribuição livre e gratuita de conteúdo pela web, sob licenças abertas como Creative Commons, e valorizando a transparência dos processos de produção jornalística.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jornalismo digital – cultura hacker- jornalismo de dados - ética jornalística;

**ABSTRACT:** This article is a study of approximation the hacker culture with journalistic practices from three Brazilian cases: Crônica de uma catástrofe ambiental, Agência Pública e Arquitetura da Gentrificação. Part of the idea that the hacker culture has spread to many areas beyond its initial base, the software (and the computer). The approach, at first, is used by the very logic of work of both journalists and hackers, to “go behind the information” seeking it in files, databases or sources and using it is to produce a report or test formats, connections and permissions required for proper development of a site. But also on the assertion that “all information wants to be free”, thus acting in the free and open distribution of content over the web under open licenses such as Creative Commons, and enhancing the transparency of the processes of journalistic production.

**KEYWORDS:** Digital journalism – hacker culture – datajournalism– journalistic ethic

### 0. Introdução

Não é mais nenhuma novidade que o jornalismo moderno, desenvolvido como instituição social ainda no século XVII, tem se transformado radicalmente desde final do século passado. Pesquisas desenvolvidas em diversos países vem retratando as mudanças na prática profissional decorrente da rápida evolução da tecnologia digital, como os estudos pioneiros de Morgaine (1972), Smith (1980),

---

1 Jornalista, mestre em jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutorando em Comunicação e Informação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integrante do Núcleo de Pesquisa em Jornalismo (NUPEJOR) da UFRGS e da Casa de Cultura Digital Porto Alegre (<http://ccdpoa.com.br>) E-mail: [leofoletto@gmail.com](mailto:leofoletto@gmail.com).

2 Jornalista e mestre em comunicação social pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador associado do ESPM Mídia Lab e professor de jornalismo na graduação da ESPM e na pós-graduação da FAAP. Diretor do Liquid Media Laab ([www.liquidmedialaab.com](http://www.liquidmedialaab.com)). E-mail: [andredeak@gmail.com](mailto:andredeak@gmail.com)

que descrevem as diferentes revoluções ou grandes transições vividas pela comunicação na França e na Inglaterra dos anos 1970 e 1980; e Fidler (1997; 65), que, nos 1990, define esse processo com o conceito de “midiamorfose”, “a transformação dos meios de comunicação, geralmente ocasionada pelo complexo entrecruzamento de necessidades percebidas, pressões políticas e competitivas e inovações sociais e tecnológicas” (FIDLER, 1997).

São mudanças ocasionadas sobretudo pela rápida evolução tecnológica; num primeiro momento, oriundas da revolução digital que popularizou o computador e os trouxe para a redação jornalística, em substituição à máquina de escrever e como ferramenta de arquivo. Num segundo, com os computadores a fazer parte do cotidiano de todo os jornalistas (BALDESSAR, 2003), é a internet a principal responsável pelas transformações, ao liberar o polo de emissão da informação e possibilitar com que, com recursos mínimos, qualquer pessoa possa produzir e circular informação sem pedir autorização ou o aval a quem quer que seja (barões das indústrias culturais, intelligentsia, governos) (LEMOS, 2009; 8), seja em seus próprios blogs, sites ou nas redes sociais.

A fartura de meios de produção e difusão dos mais diversos conteúdos e a profusão de oportunidades de participação borram o balcão que separava produtores de consumidores, tornando aqueles que escrevem, comentam e compartilham em blogs, redes independentes e redes sociais em “ex-público” (GILLMOR; 2004), “as pessoas anteriormente conhecidas por audiência” (ROSEN; 2006). Ou ainda *producer*, termo híbrido que Bruns (2008) estabeleceu para reunir aqueles usuários que são consumidores e produtores do conhecimento compartilhado em rede.

A complexificação da divisão de quem produz e quem consome informação na rede é, também, segundo Ramonet (2012; 21), o fim da confortável situação em que jornalistas e as mídias detinham – ou achavam que detinham - o monopólio da informação na sociedade e uma mudança de paradigma, que clama por uma reinvenção da prática jornalística (RAMONET, 2012; 21). Para o autor espanhol, esta mudança de paradigma - ou de lógica de produção - ocasionada pela internet tem um eixo central: a transformação do produto jornalístico, antes fechado e acabado quando da sua publicação (na imprensa) ou veiculação (rádio e TV), em um produto aberto, *work in progress*, “uma matéria que se desenvolve, uma espécie de conversação, um processo dinâmico de procura da verdade mais que um produto finalizado” (RAMONET, 2012; 17). A qualquer momento, uma informação publicada em um meio jornalístico pode ser questionada e modificada, com acréscimos ou substituições de dados, seja pelos próprios jornalistas ou pelos leitores, cada vez mais acostumados a serem produtores de informação através da rede.

Num contexto onde o produto deixa de ser fechado e o processo é contínuo, as mudanças na prática jornalística são diversas. Pesquisas recentes, como o dossiê do Tow Center, da Columbia University, determina que estamos na era do jornalismo “pós-industrial” (ANDERSON, BELL, SHIRKY; 2013 ), momento em que as organizações jornalísticas já não tem mais controle sobre as notícias, tal

como se entendeu tradicionalmente durante praticamente todo o século XX. É assim que a maior capacidade de atuação pública dos cidadãos, governos e empresas - incluso (n)as redes - é uma mudança permanente ao qual as organizações de notícias tem que se adaptar (ANDERSON, BELL, SHIRKY; 2013), e não combater.

Outro que defende a necessidade de adaptação dos processos de produção do jornalismo é Mancini (2011). O pesquisador argentino argumenta que se faz necessário “hackear” o jornalismo, uma proposta de adaptação das “fábricas de notícias” estruturada em quatro eixos: tempo, audiência, valor e organização. Do título as propostas contidas no livro, Mancini toma como base a “ética hacker” (LEVY, 2001; HIMANEN, 2002), preceitos que guiam a cultura de muitos hackers e que estão contaminando estes processos de transformação no jornalismo, tema que detalharemos a seguir.

### **1. Cultura hacker e jornalismo: uma aproximação**

Antes que se possa associar o hacker a um criminoso da internet, convém explicar quem é este personagem e porque ele está neste artigo. Uma referência fundamental para entendê-lo é o livro de Steven Levy, *“Hackers – Heroes of the computer revolution”*, publicado em 1984 nos Estados Unidos e em 2001 no Brasil. Nele, Levy analisa o período de 1958 a 1984 para dizer que os primeiros hackers surgiram a partir da década de 1950, primeiramente dentro do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) e depois na Califórnia, quando professores e alunos passaram a usar o termo para descrever pessoas com grande habilidade técnica na informática, que *aprendiam fazendo, através da prática*, e se tornavam excelentes programadores e desenvolvedores de sistemas, mas não raro péssimos alunos – muitos nem chegavam a terminar a graduação. Estes personagens, autodidatas, eram apaixonados pela solução de problemas a ponto de varar madrugadas na resolução de algo que não tivesse funcionando. Com esta determinação é que foram se convertendo em excelentes programadores de sistemas e, com isso, personagens importantes no desenvolvimento de linguagens de programação e em hardwares informáticos. “No es arriesgado decir que la industria informática ha llegado a ser lo que es y como es gracias al impulso recibido de manos de este grupo alternativo”, escreve o antropólogo Pau Contreras em em *“Me Llamo Kohfam – Identidad Hacker: una aproximación antropológica”* (2004), citando nomes como Steve Jobs e Steve Wozniak – criadores da Apple - e Ken Willians, um dos primeiros desenvolvedores de games, como alguns destes personagens.

Segundo Levy, estes hackers “históricos” tinham alguns princípios de ação que poderiam ser identificados como uma ética própria de trabalho. Contreras (2004) organizou-os e listou seis pontos, que seriam a base da ética hacker:

- 1) toda la información debe ser libre
- 2) el acceso a los ordenadoras (y a todo aquello que nos pueda enseñar algo acerca de cómo funciona el mundo)

- debe ser ilimitado y total;
- 3) desconfía de la autoridad. Promove la descentralización;
- 4) un hacker debe ser valorado por sus “hacks”, no por criterios como la titulación académica, la raza o la posición social;
- 5) un hacker pode crear arte y belleza con un ordenador;
- 6) los ordenadores poden mejorar nuestras vidas (CONTRERAS, 2004; 33-34).

Com a popularização da internet no início dos anos 1990, o *hacker* se torna um personagem importante no mundo digital, a ponto de ser identificado por Manuel Castells como uma das quatro camadas da chamada cultura da Internet – as outras três seriam os cientistas (a tecnomeritocrática), a comunitária virtual e a empresarial (CASTELLS, 1999; 34-35). Serão aqueles usuários da rede mais proximamente identificados ao movimento do software livre, criado em 1983 por Richard Stallman<sup>3</sup> - outros dos “hackers verdadeiros” apontados por Levy em seu livro - e um dos principais atores na ideologia da liberdade, amplamente disseminada pela internet.

Nos Estados Unidos, a antropóloga Gabriella Coleman é uma das que mais tem estudado o assunto. É de seu trabalho mais recente (2013), esta definição de hacker: “computer aficionados driven by an inquisitive passion for tinkering and learning technical systems, and frequently committed to an ethical version of information freedom” (COLEMAN, 2013; online). Como principais características do grupo, a pesquisadora traz a subscrição a ideais de liberdade de acesso à informação, que levam a uma ética de compartilhamento, e a apropriação de tecnologias, no sentido de compreender seu funcionamento e desenvolver a capacidade de modificá-las, para benefício próprio ou coletivo. Coleman chegou a estas características a partir de um estudo etnográfico com hackers envolvidos no movimento *open source*<sup>4</sup> e as apresenta no livro “*Coding Freedom: The Ethics and Aesthetics of Hacking*” (2013).

Um dos estudos que mais tem ganhado repercussão mundial no assunto é “*A ética hacker e o espírito da era da informação*”, do filósofo e antropólogo finlandês Pekka Himanen. A ideia central defendida no livro<sup>5</sup> é a de que a ética dos hackers se opõe à ética protestante que fundamenta o espírito do capitalismo. Contra valores como dinheiro, trabalho, otimização, flexibilidade, estabilidade, determinação e contabilização dos resultados, Himanen defende que, para os hackers, valem mais princípios como paixão, liberdade, solidariedade, compartilhamento, trabalho

---

3 O movimento foi criado por Stallman com o objetivo de obter e garantir certas liberdades para usuários de software, a saber: a liberdade de executar o software, para estudar e modificar o software, e para redistribuir cópias, com ou sem alterações. Embora com base em tradições e filosofias entre os membros da década de 1970 da cultura hacker, Richard Stallman fundou formalmente o movimento em 1983 com o lançamento do Projeto GNU – que tinha como base o sistema operacional próximo a linguagem Unix, que, anos depois, foi ser a base do Linux, hoje o sistema operacional livre mais utilizado. Em 1985, Stallman criou a Free Software Foundation (<http://www.fsf.org/>), para apoiar o movimento e defender a liberdade na rede.

4 O termo *open source*, ou código aberto, foi criado pela OSI (*Open Source Initiative*) em 1998 e refere-se a uma espécie de dissidência menos radical do movimento do software livre. Em vez dos 4 direitos estabelecidos no software livre, o de código aberto traz 10, tornando-o, assim, como uma alternativa ao modelo de negócio para a indústria de software. Site: <http://opensource.org/>

5 A edição original do livro, *The Hacker Ethic and the Spirit of the Information Age*, foi publicada em 2001, com prefácio de Linus Torvalds, criador do Linux, e posfácio de Manuel Castells. A edição brasileira do livro saiu no mesmo ano, publicada pela editora Campus com o título de *A ética hacker e o espírito da era da informação* e é um tanto descuidada em sua tradução, por isso aqui a preferência da edição em castelhano, publicada em 2002.

colaborativo e diletantismo. Assim, como explica o jornalista e pesquisador brasileiro Rogério Christofoletti, os “hackers acreditam que penetrar em sistemas é eticamente aceitável, que toda a informação deve ser livre, que o compartilhamento de informações é positivo, que softwares devem ter seus códigos-fontes livres e que todos tenham acesso à informação e aos recursos tecnológicos” (CHRISTOFOLETTI, 2008; 105).

E qual seria a relação do jornalismo com a cultura hacker? Eles não estariam em lados opostos, um a defender que a informação não deve ser propriedade de ninguém e o outro a, justamente, ter ela como matéria-prima básica para o seu funcionamento, quanto mais inédita melhor, quanto de fonte mais exclusiva, mais difícil de obter e mais valiosa? Estaria aí uma prova de que jornalistas e os hackers estão em lados opostos e, por princípios, não conversam, sob o risco de falência econômica das instituições jornalísticas?

Não é uma constatação tão fácil de fazer. Como dissemos, com a internet a presença da cultura hacker tem se alastrado para diversas áreas para além de sua base inicial, a informática. O pesquisador Lev Manovich (2001) afirma que “os 'trabalhadores do conhecimento', as 'indústrias criativas' e as 'indústrias de serviço' - todos esses jogadores fundamentais da economia na sociedade da informação - não podem existir sem o software” (MANOVICH, 2001; 4). É de se imaginar, então, que a cultura da liberdade ampla e irrestrita dos hackers venha de carona com esse crescimento da importância do software no cotidiano global.

Como um desses “jogadores fundamentais” identificados por Manovich (2001), o jornalismo não poderia deixar de se aproximar da cultura e da ética hacker. A aproximação, num primeiro momento, dá-se pela própria lógica do trabalho de ambos, jornalistas e hackers, de “ir atrás da informação”, buscando-a em arquivos, bases de dados ou com fontes e usando-a seja para produzir uma reportagem ou para testar formatos, conexões e permissões necessários para um bom desenvolvimento de um software ou site. Como explica o jornalista Alexandre Matias, ex-editor do Caderno Link do jornal O Estado de S. Paulo, ao falar sobre o “Hackatão<sup>6</sup>” - uma maratona hacker de 24h realizada em parceria pelo jornal com a comunidade Transparência Hacker<sup>7</sup> -, há uma brecha clara em que as aptidões de ambos podem se somar:

“ao aproximar os dois profissionais, abre-se a possibilidade de esmiuçar bancos de dados com o mesmo rigor que fazia parte da pesquisa daquele velho jornalista, sem correr o risco de falha humana ou de lidar com pilhas de papéis e pastas de documentos. Com os dados digitalizados, basta usar os recursos da ciência da computação para chegar a cruzamentos e resultados que levariam dias – talvez meses – para serem apurados” (MATIAS, 2012; on-line).

---

6 O Hackatão foi realizado no dia 24 de junho de 2012 na sede do Estadão, em São Paulo. O evento reuniu jornalistas, designers, programadores e estudantes por 24 horas para criar aplicações que facilitem o acesso e a compreensão de dados públicos. Mais informações podem ser vistas no blog do evento: <http://blogs.estadao.com.br/hackatao/> (Consulta: 22/7/2014)

7 A Transparência Hacker é, segundo a descrição em sua página (<http://thacker.com.br/>), “um espaço para que desenvolvedores web, jornalistas, designers, gestores públicos e outros indivíduos dos mais diferentes perfis proponham e articulem ideias e projetos que utilizem a tecnologia para fins de interesse da sociedade. Conta hoje com mais de 1000 membros em sua lista de e-mails e se encontra periodicamente em eventos de terceiros ou em “hackdays” organizados por eles.

Em época de “big data”, esmiuçar bancos de dados, cruzar informações e apresentá-las em visualizações interativas são tarefas cada vez mais comuns no jornalismo - e são nelas que muitos hackers e jornalistas tem trabalhado também em conjunto. Existem desde organizações nascidas com o propósito de juntar ambos e escolas que ensinam pessoas - não necessariamente jornalistas - a trabalhar melhor com dados até os núcleos especializados em jornalismo de dados (*datajournalism*) formados dentro de redações jornalísticas. No primeiro caso, para citar dois exemplos, há o caso da HacksHackers<sup>8</sup>, lançado no final de 2009 nos Estados Unidos para fazer a ponte entre jornalistas (que fazem hacks de informação) e profissionais de tecnologia da informação (hackers), que em sua filial brasileira tem organizado diversos “hackdays” e “hackathons”, como são as chamadas as maratonas de desenvolvimento de aplicativos, reportagens ou visualização de dados, um deles organizado em parceria com a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), em 2014<sup>9</sup>. O outro exemplo é a Escola de Dados (Data School), projeto relacionado a Open Knowledge Foundation que promove o conhecimento livre e ajuda as pessoas a usarem de forma eficaz a massa de dados que a cada segundo é despejada na internet. Embora destinado a qualquer pessoa, em seu capítulo brasileiro, criado em 2013, a Escola tem promovido cursos de programação para jornalistas e divulgado diversas iniciativas relacionado ao jornalismo de dados<sup>10</sup>. No segundo, há diversos núcleos de dados em publicações de todo o planeta, como o The Guardian, New York Times, La Nación, Los Angeles Times ou O Estado de São Paulo, no Brasil, a partir do Estadão Dados<sup>11</sup>, núcleo formado na editoria de política do jornal para um trabalho aprofundado de busca e visualização de dados com o intuito de produzir reportagens e especiais multimídia.

Ao relacionar a ética hacker com a ética jornalística, Christofolletti e Karam (2011) dizem que é possível intuir que gradativamente

“a ética jornalística tradicional possa se “contaminar” por valores da ética hacker, já que alguns valores de lado a lado encontram certo parentesco. Note-se, por exemplo, que já se fala em jornalismo de código aberto, aquele em que o repórter oferece ao leitor também quais foram suas fontes e procedimentos de apuração. Na encruzilhada dos valores, transparência se traduz como accountability e como abertura de processos. Bem como se pode perceber proximidades entre o gesto de compartilhar arquivos e conteúdos on-line com o do jornalista tradicional de tornar públicas situações de interesse coletivo. Mesmo que o primeiro ato possa se contrapor a direitos autorais ou viole a propriedade intelectual, seus defensores argumentam que conhecimento e informação são públicos e devem

---

8 Segundo a descrição na página oficial (<http://hackshackers.com/>), o Hacks/Hackers é um grupo para hackers que exploram tecnologias para filtrar e visualizar informações, e para os jornalistas que usam a tecnologia para encontrar e contar histórias. pretende juntar pessoas. “Os mundos de hackers e jornalistas estão se unindo ao passo que o jornalismo se torna digital e as empresas de internet tornam-se impérios de mídia a queles que estão trabalhando para ajudar as pessoas a dar sentido ao seu mundo”.

9 O Hackathon foi realizado junto ao ao 9º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo, realizado em São Paulo entre os dias 24 e 26 de julho. Site: <http://www.meetup.com/Hacks-Hackers-Sao-Paulo/events/193903152/> (Consulta: 22/9/2014)

10 O site da escola brasileira é <http://escoladedados.org> (Consulta: 22/9/2014)

11 Estadão Dados é o mais consolidado núcleo de jornalismo de dados sediado em uma grande publicação brasileira. Mantém um blog ativo com gráficos, reportagens e visualizações em <http://blog.estadaodados.com/> (Consulta: 30/9/2014)

circular sem óbices. O interesse público e as preocupações coletivas reuniriam raízes comuns de um gesto e de outro, sobrepondo-se a direitos individuais e particulares (CHRISTOFOLETTI & KARAM, 2011, on-line).

Dentre estes princípios da ética hacker que têm uma aproximação mais forte com a prática jornalística, destacamos aqui um que, apesar de não assinalado entre os seis destacados por Contreras, está por trás de todos: a transparência. Como diz Sérgio Amadeu, “a cultura e a ética de grande parte dos hackers, principalmente os vinculados ao desenvolvimento de softwares de código fonte aberto, incentivam a emancipação individual do conhecimento” (SILVEIRA, 2010, p. 38). Esta emancipação se daria, entre outros aspectos, pelo princípio da transparência do código fonte, pois é através dele que outra pessoa poderá saber quais os procedimentos foram realizados pelo desenvolvedor para criar o programa – e, quando se trata de um software livre, aprimorar e adaptá-lo ao seu conteúdo e função.

No jornalismo, a transparência tem sido discutida e questionada nos últimos anos. A prática do “jornalismo de código aberto” citada por Christofolletti e Karam é uma daquelas em que se abrem os processos para que outros também os utilizem – o que tem sido facilitado pelos próprios mecanismos de funcionamento da rede. A prática usual (infelizmente não tanto entre jornalistas<sup>12</sup>) na rede de indicar o caminho pelo qual determinada informação chegou ao jornalista através de links - exercício que se constituiu como *modus operandi* dos blogs, por exemplo – apresenta-se como um preceito ético hacker que se propagou, principalmente devido às possibilidades (e facilidades) de se deixar “rastros” na internet em comparação ao mundo “offline”.

A seguir, listamos alguns exemplos disruptivos brasileiros que aproximam sua prática jornalística da cultura e da ética hacker, em especial sob o aspecto da valorização dos mecanismos de transparência a partir da revelação do percurso obtido para a produção das reportagens e da distribuição de seu conteúdo por licenças livres, que favorecem o compartilhamento.

## **2. Jornalismo de influência hacker: produtos disruptivos brasileiros**

Os três produtos aqui analisados contemplam algumas características que aqui identificamos como próximas a da cultura hacker, em especial a questão da valorização da transparência no processo de apuração e publicação das informações, caso do segundo e do terceiro, e do compartilhamento por licenças livres Creative Commons<sup>13</sup>, que facilitam o compartilhamento e o reaproveitamento ao desburocratizar os trâmites do direito autoral para circulação na rede.

### **2.1 Crônica de uma catástrofe ambiental, Revista Forum (2009)**

Em março de 2009 a revista impressa Fórum, editada pelo jornalista Renato Rovai, distribuiu a reportagem

---

12 Para mais informações, ver Foletto (2009), a partir da p. 106.

13 As licenças Creative Commons foram idealizadas para permitir a padronização de declarações de vontade no tocante ao licenciamento e distribuição de conteúdos culturais em geral (textos, músicas, imagens, filmes e outros), de modo a facilitar seu compartilhamento e recombinação. Site: <http://creativecommons.org.br/> (Consulta: 30/9/2014)

“Crônica de uma catástrofe ambiental”, sobre o derramamento de um agrotóxico perigoso e proibido em mais de 60 países no rio Paraíba do Sul, principal fonte de abastecimento de água da população do Rio de Janeiro. Dois repórteres, Andre Deak e Paulo Fehlauer, passaram uma semana entrevistando os responsáveis pelo vazamento, o poder público e a população ribeirinha que viu toneladas de peixes mortos passarem boiando pelas águas do rio.

Além de ter sido uma das primeiras experiências brasileiras de reportagem multimídia editada como um site, a maior novidade foi a área chamada de “open source”, em que a íntegra do material produzido ficou disponível. O site não se encontra mais no ar, por problemas no servidor da revista Fórum, mas ainda é possível encontrar registros da experiência no WayBack Machine do Internet Archive<sup>14</sup>: Praticamente todo o material da apuração realizada que culminou neste trabalho jornalístico estava disponível: audios, fotografias em alta definição, vídeos e a transcrição das entrevistas. A ideia, segundo Deak (2009, online), era tornar mais transparente o trabalho de reportagem e possibilitar quem estivesse interessado em continuar o trabalho começado com o especial.

“Oferecer a íntegra de todas as entrevistas realizadas (quase 15) também permite que o leitor possa se aprofundar em algum tema específico. A internet permite que o conteúdo de uma reportagem seja praticamente enciclopédico. Não há limite de espaço para publicação. Permitir que o usuário interessado tenha acesso a todos os aspectos observados pelo repórter – no formato em que aquela realidade tiver sido capturada, seja imagem, texto, seja áudio – é um benefício que a rede traz ao trabalho jornalístico. Publicamos também aqui um mapa da apuração, mostrando o que foi realizado em quais dias, para que se possa entender os bastidores deste especial.” (DEAK, 2009, on-line)

## 2.2. Agência Pública de Jornalismo Investigativo, parceira do Wikileaks no Brasil (2011)

As jornalistas Natalia Viana e Marina Amaral lançaram, em 2011, uma agência de jornalismo investigativo sem fins lucrativos, a Agência Pública<sup>15</sup>, baseada no modelo de sucesso da ProPublica nos Estados Unidos.. Desde o início, a ideia foi distribuir conteúdo em licenças abertas, fazendo uma parceria de distribuição com grandes veículos – seguindo o método testado pelo próprio Wikileaks, do qual Natalia Viana já havia sido colaboradora. “Nós queremos ser parceiros dos veículos de imprensa. Não viemos substituir o trabalho que eles já fazem, viemos somar” (VIANA, 2011; online)<sup>16</sup>. Em 2010, Natalia Viana coordenou no Brasil a sistematização e divulgação dos documentos diplomáticos vazados pelo Wikileaks e atua hoje como parceira da organização no país.

“A Agência Pública se insere neste contexto como uma organização que propõe novas maneiras de se produzir jornalismo investigativo, pautado pelo interesse público, que é um dos que mais tem sofrido com a crise da imprensa comercial no mundo todo. A Pública é, ao mesmo tempo, uma agência de produção e disseminação de reportagens – em *Creative Commons* – e também um laboratório de novos formatos, modelos e formas de organização possíveis para a produção de um tipo de jornalismo que consideramos essencial para o funcionamento de qualquer sociedade democrática” (VIANA, 2013; on-line)

---

14 O conteúdo está disponível em: <http://web.archive.org/web/20091003001713/http://www.revistaforum.com.br/casoservatis/site/index.php/jornalismo-open-source> (consulta: 26/9/2014)

15 O site é <http://apublica.org>. (consulta: 30/9/2014)

16 Acesso em 30 de setembro de 2014. <https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/brasil-ganha-agencia-de-jornalismo-investigativo>



Apesar de já existirem ONGs brasileiras que tem como atividades fins ou complementares a prática do jornalismo, como a Repórter Brasil e a Transparência Brasil, que atuam também distribuindo conteúdos livres, estas, segundo Natália Viana, utilizariam o jornalismo investigativo como parte de um processo ativista (contra o trabalho escravo, no caso da Repórter Brasil; meio ambiente, para o Greenpeace; e ética na política, para a Transparência Brasil). A Agência Pública teria um escopo investigativo mais amplo. Desde sua criação, tem se dedicado a alguns eixos investigativos, que são os preparativos para a Copa do Mundo de 2014, megainvestimentos na Amazônia; e o período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985).

Em 2014, o material tem sido distribuído por mais de 50 “republicadores”, como jornais, revistas, sites e blogs de grande audiência, como do jornalista esportivo Juca Kfourri. O financiamento da agência vem de fundações internacionais - a Fundação Ford é a principal, seguido da *Open Society* e da Omydar, além do crowdfunding, que bancou o projeto “Reportagem Pública”, em que foram oferecidas 12 bolsas de reportagens de interesse público no Brasil<sup>17</sup>.

### **2.3. Arquitetura da Gentrificação, da ONG Repórter Brasil (2013-14)**

Trata-se do primeiro projeto de financiamento coletivo da ONG Repórter Brasil, que conseguiu R\$ 20.117 através de 316 pessoas em junho de 2013<sup>18</sup>. A 1ª edição, iniciada em 2013, foi uma investigação detalhada sobre as ações e medidas legais adotadas nas duas últimas administrações municipais da cidade que resultaram na expulsão de moradores pobres da região central. As informações foram apresentadas em uma série de reportagens especiais reunidas em uma página sobre o tema no site da Repórter Brasil – <http://reporterbrasil.org/gentrificacao>, um guia digital sobre a questão e sobre como se enfrentar na prática o problema”. Quem coordenou o projeto foi a jornalista Sabrina Duran.

O projeto investigou o centro expandido da cidade de São Paulo e verificou o intenso processo de especulação imobiliária que desloca pessoas de baixa renda, processo conhecido também como gentrificação. O site mantém uma área chamada “jornalismo aberto”, em que oferece acesso a contas operacionais, lista de fontes contendo os contatos de pessoas físicas (que autorizem a exposição de seus contatos), jurídicas e assessorias de imprensa de setores do poder público, agenda de eventos, com agenda aberta no site, alimentada de forma colaborativa e livre com eventos e atividades, públicas ou privadas, relacionadas ao tema do projeto e planilha atualizada periodicamente com os gastos do jornalista e sua equipe na produção e execução do projeto. Segundo explica esta seção do site,

“A ideia deste site é servir de referência editorial, técnica, financeira e operacional a jornalistas independentes que

---

17 A captação se deu através do site [catarse.me](http://www.catarse.me), um dos principais do segmento no país, através desse endereço: <http://www.catarse.me/pt/reportagempublica>. [Consulta: 26/9/2014]

18 O financiamento também se deu pela plataforma [catarse](http://www.catarse.me), no seguinte endereço: <http://www.catarse.me/pt/ag> [Consulta: 26/9/2014]

queiram levar adiante seus projetos de investigação por meio de financiamento coletivo, com ou sem a parceria de algum órgão de imprensa já consolidado. Muitas vezes, o mais difícil em um projeto jornalístico independente não é a busca e produção da informação, mas a maneira organizada e eficiente de disseminá-la. Além disso, transparência e comprometimento com o público são requisitos essenciais ao jornalista, e é preciso concretizá-los e entregá-los ao leitor. Este site também sugere meios para essa concretização” (ARQUITETURA DA GENTRIFICAÇÃO, 2013),

A ideia do tutorial é explicar detalhes do *modus operandi* do processo de reportagem como forma de garantir a qualidade da informação, transparência, independência e estreito relacionamento e colaboração com o leitor, muito deles também financiadores do projeto. Características que permanecem na 2ª edição do projeto, intitulado “Privatização da rua”, que em setembro de 2014 estava em fase de captação na plataforma catarse<sup>19</sup>, na qual pretendemos esmiuçar como se dá a privatização do espaço público, e que tem por objetivo ir atrás da privatização da rua, processo no qual gestores públicos, por meio de grandes eventos como a Copa do Mundo 2014 e projetos urbanísticos, estão a “cercar” a cidade e dificultar o acesso da população a espaços públicos.

### 3. Conclusão:

As três experiências citadas aqui, assim como os núcleos de jornalismo de dados relacionados, sugerem alguns cenários evidenciados em pesquisas recentes, como a do relatório do jornalismo pós-industrial (ANDERSON, BELL, SHIRKY; 2013;) e obras como a de Ward (2011). O principal deles é que a transparência pregada pela ética hacker ganha força no jornalismo “pós-industrial” produzido neste século XXI, em especial a partir da participação efetiva da audiência no ecossistema de informação jornalística, o que pressupõe mais pessoas produzindo informação de interesse público, mesmo em estruturas não-jornalísticas, ou pelo menos fiscalizando com mais força as reportagens divulgadas pelos meios tradicionais, a partir também da evidência de que mais dados estão disponíveis nas redes para averiguação e cruzamento.

Revelar o “percurso” obtido na busca da informação é como revelar o código fonte do software. É emancipar o outrora usuário consumidor de informação para que ele seja também construtor do fluxo contínuo de produção jornalística e para que, assim, aprimore, cruze e modifique de acordo com suas necessidades a informação obtida. Se continuarmos no paralelo entre jornalismo e software, podemos dizer que a prática de “código aberto” nas duas áreas revela, para quem quiser saber, quais são os interesses e os desejos que o jornalista (e desenvolvedor) utiliza na hora de selecionar as informações de que dispõe e veiculá-las na reportagem (ou organizá-las em um código-fonte).

Este caminho, potencializado ainda pelo uso de licenças Creative Commons, aponta para um caminho próximo ao “jornalismo de código aberto” (LÓPEZ-URRÚTIA; 2013), flexível, remixável, e que traz características como a transparência, o trabalho colaborativo e o

---

19 Disponível em <http://www.catarse.me/pt/ag2>. (consulta: 30/9/2014)

compartilhamento dos resultados, inerentes a cultura hacker. Também aqui vemos uma influência da ética hacker na transformação da ética jornalística, como defende Ward (2011):

“The revolution requires us to rethink assumptions. What can ethics mean for a profession that must provide instant news and analysis; where everyone with a modem is a publisher? The first level is due to online journalism. The culture of traditional journalism, with its values of accuracy, pre-publication verification, balance, impartiality, and gate-keeping, rubs against the culture of online journalism which emphasizes immediacy. Transparency, partiality, non-professional journalists and post-publication correction”(WARD, 2011; 207).

Se será uma tendência - ou uma utopia - a adoção de preceitos hackers de livre compartilhamento de licenças e transparência nos processos jornalísticos, ainda é cedo para dizer. O que podemos dizer, por enquanto, é a dita crise” do jornalismo ainda vai provocar diversas mudanças nos próximos anos.

## Referências

ANDERSON, C. W; BELL, Emily; SHIRKY, Clay. *Periodismo Post-industrial: Adaptación al presente*. Tradução de José Cervera; 2013. Disponível em: <http://www.clasesdeperiodismo.com/2013/03/21/descarga-el-ebook-periodismo-postindustrial-adaptacion-al-presente/> Acesso em: 22 abril 2013.

ARQUITETURA DA GENTRIFICAÇÃO (2013) *Jornalismo aberto*. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/gentrificacao/jornalismo-aberto/> Acesso em: 30 set. 2014

BALDESSAR, Maria José. *A mudança anunciada: o cotidiano dos jornalistas com o computador na redação*. Florianópolis: Insular, 2003.

BRUNS, Axel. *Blogs, Wikipedia, Second Life and Beyond: From Production to Produsage*. New York; Peter Lang, 2008.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em Rede – A era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. Vol. 1. Paz e Terra, São Paulo, 1999.

COLEMAN, Gabriella. *Coding freedom: the ethics and aesthetics of hacking*. Woodstock: Princeton University Press, 2013. Livro on-line, disponível em: [http://codingfreedom.com/buy\\_download.html](http://codingfreedom.com/buy_download.html). Acesso em: 15 jul. 2013

CONTRERAS, Pau. *Me Llamo Kofham: Identidad Hacker: una aproximación antropológica*. Barcelona, Gedisa, 2004.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. *Ética no jornalismo*. São Paulo; Contexto, 2008.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. KARAM, Francisco José. *Fundamentos jornalísticos para novos cenários éticos da informação*. In: *Jornalismo Contemporâneo: figurações, impasses e perspectivas*. SILVA, Gislene. KUNSCH, Dilma A BERGER, Christa. ALBUQUERQUE, Alfonso orgs.). Edufba/Compós, Salvador/Brasília 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/1586/1/Jornalismo%20contemporaneo.pdf> . Acesso em 18 nov.2013

DEAK, Andre (2009) *Crônica de uma catástrofe ambiental*. Disponível em: <http://web.archive.org/web/20091003001713/http://www.revistaforum.com.br/casoservatis/site/index.php/jornalismo-open-source> Acesso em: 26 set.2014

FIDLER, Roger. *Mediamorphosis: Understand New Media*. Thousand Oaks; Pine Forge Press, 1997.

FOLETTTO, Leonardo. *O Blog jornalístico* (Definição e Características na Blogosfera Brasileira). Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, agosto 2009.

GILLMOR, Dan. *We the Media: Grassroots Journalism: By the People for the People*. Sebastopol; O'Reilly Press, 2004.

HIMANEN, Pekka. *La ética del hacker y el espíritu de la era de la información*. Tradução de Ferran Meler Ortí. Barcelona: Destino, 2002.

LEMOS, André. *Prefácio* (p.7-21). IN: AMARAL, Adriana. MONTARDO, Sandra. RECUERO, Raquel (orgs.). *Blogs.com: Estudos sobre blogs e comunicação*. São Paulo; Momento editorial, 2009. Disponível em: <<http://www.sobreblogs.com.br>> Acesso em: 9 dez. 2012.

LEVY, Steven. *Hackers: Heroes of the computer revolution*. New York, Penguin Books, 2001.

LOPÉZ-URRÚTIA, Susana. *Hacia un periodismo libre y de código abierto*. In: *El Diálogo*, 2013. Disponível em: <http://www.eldiario.es/colaboratorio/periodismo-libre-codigo-abierto-procomun-periodismo-abierto-periodismo-datos-6-100849937.html> Acesso em: 11 Mar 2013.

MANCINI, Pablo. *Hackear el periodismo – manual de laboratorio*. Buenos Aires; La Crujía, 2011.

MANOVICH, Lev. *The language of new media*. Cambridge: MIT Press, 2001.

MATIAS, Alexandre. *O que a lógica do programador e a do jornalista tem em comum*. *Link Estadão*, 30 jun. 2012. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/alexandre-matias/2012/06/30/o-que-a-logica-do-programador-e-a-do-jornalista-tem-em-comum/> . Acesso em: 15 mar. 2013

MORGAINE, Daniel. *Diez Años para sobrevivir- El diario de massas de 1980*. Madrid: Editora Nacional, 1972.

RAMONET, Ignácio. *A explosão do jornalismo: das mídias de massa à massa de mídias*. São Paulo; Publilhsr, 2012.

ROSEN, J. (2006) “*The People Formerly Known as the Audience*”. 27 de junho. Disponível em [http://archive.pressthink.org/2006/06/27/ppl\\_frmr.html](http://archive.pressthink.org/2006/06/27/ppl_frmr.html) Acesso em 10 de fevereiro de 2014.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. *Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo*. In: *Revista da Universidade de São Paulo. Dossiê Cibercultura*. (p.14 – 27) Jun./jul./ago. 2010.

SMITH, Anthony. *Goodbye Gutenberg. The revolution of newspaper in 1980's*. Nova York: Oxford University Press, 1980.

VIANA, Natália (2013) *Natália Viana e o jornalismo em aberto*. Disponível em: <http://www.conexoesglobais.com.br/natalia-viana-o-jornalismo-em-aberto/> Acesso em: 30 set. 2014

WARD, Stephen J. A. *Ethics and the media: an introduction*. Cambridge; Cambridge University Press, 2011.